

POVOS INDÍGENAS NO BRASIL

FONTE : Globo

CLASS. : 1481

DATA : 27 01 90

PG. : 09

Roraima: retirada de garimpeiros agora é responsabilidade de Saulo

BRASÍLIA — Para garantir a retirada dos garimpeiros da área dos índios ianomamis, em Roraima, o Ministro da Justiça, Saulo Ramos, assumiu ontem a responsabilidade pela execução dos trabalhos — até então delegada à Polícia Federal e à Funai. A portaria, que será publicada no Diário Oficial de segunda-feira, foi a alternativa encontrada pelo Governo federal para tornar sem efeito a liminar concedida quinta-feira pelo Juiz de Roraima, George Leite, permitindo a permanência dos garimpeiros nas reservas. Pela Constituição, só o Superior Tribunal de Justiça (STJ) pode julgar mandados de segurança contra atos de Ministros de Estado.

— Ainda pode haver problema, pois os garimpeiros podem recorrer ao STJ e este conceder liminar favorável a eles. Mas cabe à parte perdutora recurso ao Supremo Tribunal Federal — disse Saulo.

O Ministro contou que já previa problemas em Roraima e sugerira, em dezembro passado, que o Presidente Sarney assinasse o decreto de retirada dos garimpeiros das áreas indígenas e das florestas nacionais de Roraima. Este decreto incumbiu os Ministros das Minas e Energia, da Saúde, do Interior e da Justiça de executar as etapas da operação. Ontem, eles assinaram a portaria trans-

ferindo a Saulo a responsabilidade pela retirada dos garimpeiros.

— A portaria interministerial garante a continuidade dos trabalhos de retirada dos garimpeiros, mas a decisão do Juiz de Roraima conflitou com a decisão do Juiz da 7ª Vara da Justiça Federal de Brasília (que determina exatamente o contrário). Caberá ao STJ julgar qual decisão prevalecerá — disse Saulo.

A confusão judicial fez com que o Presidente Sarney desistisse de requisitar, quinta-feira à noite, a cadeia de rádio e televisão para anunciar a criação da área garimpeira Uaricaá-Santa Rosa, para receber os

garimpeiros que estão em território ianomami. Ontem de manhã, em seu programa semanal "Conversa ao pé do rádio", Sarney abordou o tema sem fazer referência às liminares. O Presidente disse que os ianomamis teriam suas terras preservadas e que, em seu Governo, foram demarcadas mais áreas indígenas do que nos últimos 74 anos.

Em Brasília, o Procurador da República Rodrigo Janot entrou no Tribunal Regional Federal (TRF) com pedido de suspensão da liminar do Juiz de Roraima. O Presidente do TRF, Alberto Vieira da Silva, poderá tomar uma decisão ainda neste fim de semana.